

Processo n.º: 00600-00011811/2024-43-e

Origem: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap

Assunto: Licitação

Ementa: Pregão Eletrônico por SRP n.º 006/2024 – DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, cujo objeto é o registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de natureza continuada, relativos a manutenções corretivas, incluindo remoção, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, a serem realizados nas Feiras Permanentes e Shoppings Populares, situados em diversos locais do Distrito Federal, de acordo com as especificações técnicas do Projeto Básico e Edital e seus anexos. Valor estimado (14 lotes): R\$ 62.467.945,02. Data de abertura: 08.10.2024, às 9h. **Nesta fase:** análise inicial. Unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento do Edital de Pregão Eletrônico por SRP n.º 006/2024 – DECOMP/DA e documentos do Processo SEI nº 00112-00025066/2023-77; determinar à Novacap, com fulcro no art. 87, § 3º, da Lei nº 13.303/2016, c/c o art. 277 do RITCDF, que suspenda o Pregão Eletrônico nº 006/2024 – DECOMP/DA, até ulterior deliberação desta Corte, para que sejam adotadas correções indicadas e/ou apresente justificativas, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal; e autorizar (a) o envio de cópia da presente Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser adotada à Novacap e ao Pregoeiro responsável pela condução do certame e (b) o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para os devidos fins. Prolação de Despacho Singular, com amparo no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 87, § 3º, da Lei n.º 13.303/2016 e no art. 277 do RI/TCDF, em harmonia com o órgão instrutivo, com pequeno ajuste redacional.

DESPACHO SINGULAR N.º 549/2024 – GCIM

Tratam os autos do exame do Edital do Pregão Eletrônico por SRP n.º 006/2024 – DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, cujo objeto é o registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de natureza continuada, relativos a manutenções corretivas, incluindo remoção, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, a serem realizados nas Feiras Permanentes e Shoppings Populares, situados em diversos locais do Distrito Federal, de acordo com as especificações técnicas do Projeto Básico e Edital e seus anexos (e-DOC 8295AD5E-e).

A unidade instrutiva, nos termos da **Informação n.º 247/2024 – DIFLI** (e-DOC 976B4F2D-e), de 04.10.2024, examinou a regularidade do aludido edital, conforme transcrito a seguir:

“2. Conforme publicado no Aviso do DODF, em 25/09/2024 (Peça nº 01, e-Doc ECAE2F57-e), a sessão de abertura das propostas ocorrerá no dia 08/10/2024, às 9 horas. O valor estimado do certame é de R\$ 62.467.945,02 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, novecentos e quarenta e cinco reais e dois centavos).

3. A versão do Edital disponibilizada na internet consta como Peça nº 02 (e-Doc 8295AD5E-e). O critério de julgamento, consoante estabelecido no caput do Edital, é o maior desconto por lote (fl. 1, Peça

nº 2), na modalidade Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços - SRP), modo de disputa aberto e regime de empreitada por preço unitário. A licitação será processada pelo sistema "Licitações- e", sob numeração 1056240.

4. Por meio do Ofício n.º 214/2024 – DIFLI (Peça nº 03, e-Doc CED6BF9C-c), de 25/09/2024, o Secretário da Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE solicitou à NOVACAP a disponibilização de link de acesso ao Processo SEI nº 00112-00025066/2023-77, relativo ao pregão em epígrafe.

5. Em atendimento, a Jurisdicionada, por intermédio de e-mail enviado em 26/09/2024 a esta Corte (Peça nº 05, e-Doc 5DB8867B-e), disponibilizou o link de acesso, permitindo a obtenção da cópia do referido Processo. Devido ao tamanho dos arquivos, a cópia foi juntada aos autos em documentos Associados, sob denominação "1. Arquivo do link de acesso direto – NOVACAP", tal qual informado no Termo – DIFLI (Peça nº 06, e-Doc EA125ABE-e).

6. Procederemos, na sequência, a descrição resumida dos principais aspectos contidos na documentação disponibilizada, com base na última versão do Edital e seus anexos (Peça nº 02).

7. A verificação dos itens do instrumento convocatório encontra-se no checklist objeto da Peça nº 09, e-Doc 2018B5AB-e. Informamos que o exame formal do Edital não afasta eventuais fiscalizações posteriores acerca do procedimento licitatório e seus desdobramentos.

I – DO PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 006/2024 – DECOMP/DA Do Objeto

8. O edital informa que o objeto está subdividido em 14 (quatorze) lotes, conforme detalhado a seguir (fls. 2/3, Peça nº 02):

Lote	Item	Local	Região Administrativa	Valor Unitário (R\$)	Certame	%
1	1	Feira Permanente da Cidade (Setorial)	Estrutural/SCIA - RA XXV	1.643.893,29	Mercado Geral	25,00%
	2	Feira da Cultura	Sector de Impl. e Abert. - RA XXX	1.643.893,29		25,00%
	3	Shopping Popular (Artigo Rodofarmácia)	Plano Piloto - RA I	1.643.893,29		25,00%
Total Lote 01 - Mercado Geral (R\$)				4.931.679,87		75,00%
2	4	Festa da Torre do TV	Plano Piloto - RA I	1.643.893,29	Cota Reservada à Entidades Preferenciais	25,00%
Total Lote 02 - Cota Reservada (R\$)				1.643.893,29		25,00%
VALOR TOTAL DOS LOTES 1 (Mercado Geral) + 2 (Cota Reservada) (R\$)				6.575.573,16		100,00%
Lote	Item	Local	Região Administrativa	Valor Unitário (R\$)	Certame	%
3	1	Festa da Ferial	Ferial - RA XXXI	1.643.893,29	Mercado Geral	16,67%
	2	Festa do Produtor Rural	Planaltina - RA VI	1.643.893,29		16,67%
	3	Festa de Hortifrutigranjos	Planaltina - RA VI	1.643.893,29		16,67%
	4	Festa de Planaltina	Planaltina - RA VI	1.643.893,29		16,67%
	5	Festa Permanente do Sobradinho II	Sobradinho II - RA XXVI	1.643.893,29		16,67%
Total Lote 03 - Mercado Geral (R\$)				8.219.496,46		83,33%
4	6	Festa Modelo do Sobradinho	Sobradinho - RA V	1.643.893,29	Cota Reservada à Entidades Preferenciais	16,67%
Total Lote 04 - Cota Reservada (R\$)				1.643.893,29		16,67%
VALOR TOTAL DOS LOTES 3 (Mercado Geral) + 4 (Cota Reservada) (R\$)				9.863.389,74		100,00%

Lote	Item	Local	Região Administrativa	Valor Unitário (R\$)	Certame	%
5	1	Feira Central	Ceilândia - RA IX	1.643.893,29	Mercado Geral	14,29%
	2	Feira do Produtor	Ceilândia - RA IX	1.643.893,29		14,29%
	3	Feira do P Sul	Ceilândia - RA IX	1.643.893,29		14,29%
	4	Feira do P Norte	Ceilândia - RA IX	1.643.893,29		14,29%
	5	Shopping Popular (QNN II)	Ceilândia - RA IX	1.643.893,29		14,29%
	6	Feira do Setor O	Ceilândia - RA IX	1.643.893,29		14,29%
Total Lote 05 - Mercado Geral (R\$)				9.863.359,74		85,71%
6	7	Feira da Guaratuba	Ceilândia - RA IX	1.643.893,29	Cota Reservada à Entidades Preferenciais	14,29%
Total Lote 06 - Cota Reservada (R\$)				1.643.893,29		14,29%
VALOR TOTAL DOS LOTES 5 (Mercado Geral) + 6 (Cota Reservada) (R\$)				11.507.253,03		100,00%
Lote	Item	Local	Região Administrativa	Valor Unitário (R\$)	Certame	%
7	1	Feira Permanente do Guará	Guará - RA X	1.643.893,29	Mercado Geral	25,00%
	2	Feira Permanente do Cruzeiro	Cruzeiro - RA XI	1.643.893,29		25,00%
	3	Feira Permanente do Núcleo Bandeirante	Núcleo Bandeirante - RA VIII	1.643.893,29		25,00%
Total Lote 07 - Mercado Geral (R\$)				4.931.679,87		75,00%
8	4	Feira Permanente da Candangolândia	Candangolândia - RA XIX	1.643.893,29	Cota Reservada à Entidades Preferenciais	25,00%
Total Lote 08 - Cota Reservada (R\$)				1.643.893,29		25,00%
VALOR TOTAL DOS LOTES 7 (Mercado Geral) + 8 (Cota Reservada) (R\$)				6.575.573,16		100,00%
Lote	Item	Local	Região Administrativa	Valor Unitário (R\$)	Certame	%
9	1	Feira Permanente do Recanto das Emas	Recanto das Emas - RA XV	1.643.893,29	Mercado Geral	14,29%
	2	Feira do Riacho Fundo I	Riacho Fundo - XVII	1.643.893,29		14,29%
	3	Feira do Riacho Fundo II	Riacho Fundo II - XXI	1.643.893,29		14,29%
	4	Feira Permanente do Gama	Gama - RA II	1.643.893,29		14,29%
	5	Shopping Popular do Gama	Gama - RA II	1.643.893,29		14,29%
	6	Feira Permanente da QN 202	Samambaia - RA XII	1.643.893,29		14,29%
Total Lote 09 - Mercado Geral (R\$)				9.863.359,74		85,71%
10	7	Feira Permanente da QN 202	Samambaia - RA XII	1.643.893,29	Cota Reservada à Entidades Preferenciais	14,29%
Total Lote 10 - Cota Reservada (R\$)				1.643.893,29		14,29%
VALOR TOTAL DOS LOTES 9 (Mercado Geral) + 10 (Cota Reservada) (R\$)				11.507.253,03		100,00%

Lote	Item	Local	Região Administrativa	Valor Unitário (R\$)	Certame	%
11	1	Feira Central de Brazlândia	Brazlândia - RA IV	1.643.893,29	Mercado Geral	16,67%
	2	Feira Permanente da M Norte	Taguatinga - RA III	1.643.893,29		16,67%
	3	Feira dos Importados Taguatinga Centro	Taguatinga - RA III	1.643.893,29		16,67%
	4	Feira Permanente da QNJ/QNL	Taguatinga - RA III	1.643.893,29		16,67%
	5	Feira do Produtor em Vicente Pires	Vicente Pires - RA XXX	1.643.893,29		16,67%
Total Lote 11 - Mercado Geral (R\$)				8.219.466,45		83,33%
12	6	Shopping Popular Taguatinga Sul	Taguatinga - RA III	1.643.893,29	Cota Reservada à Entidades Preferenciais	16,67%
Total Lote 12 - Cota Reservada (R\$)				1.643.893,29		16,67%
VALOR TOTAL DOS LOTES 11 (Mercado Geral) + 12 (Cota Reservada) (R\$)				9.863.359,74		100,00%
Lote	Item	Local	Região Administrativa	Valor Unitário (R\$)	Certame	%
13	1	Feira Permanente de Santa Maria	Santa Maria - RA XIII	1.643.893,29	Mercado Geral	25,00%
	2	Feira Permanente do Jardim Botânico	Jardim Botânico - RA XXVII	1.643.893,29		25,00%
	3	Feira Permanente do Paranoá	Paranoá - RA VII	1.643.893,29		25,00%
Total Lote 13 - Mercado Geral (R\$)				4.931.679,87		75,00%
14	4	Feira Permanente de São Sebastião	São Sebastião - RA XIV	1.643.893,29	Cota Reservada à Entidades Preferenciais	25,00%
Total Lote 14 - Cota Reservada (R\$)				1.643.893,29		25,00%
VALOR TOTAL DOS LOTES 13 (Mercado Geral) + 14 (Cota Reservada) (R\$)				6.575.573,16		100,00%

9. De forma sucinta, o Projeto Básico descreve os serviços de manutenção a serem realizados (fls. 1.948/1.949, Peça nº 02):

7.1. O escopo da presente contratação engloba eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de natureza continuada, relativos a manutenções corretivas, incluindo remoção, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, a serem realizados nas Feiras Permanentes e Shoppings Populares, situados em diversos locais do Distrito Federal.

7.2. As demandas, objeto desta contratação, referem-se a serviços comuns de engenharia e manutenções de baixa complexidade, tais como: troca ou restauração de revestimento, louças, metais e luminárias de vestiários e banheiros; reposição, alinhamento e pintura de cercamento; troca, restauração e impermeabilização de cobertura metálica; recuperação de calhas; limpeza de dutos de águas pluviais; substituição de fiação elétrica simples; restauração de comunicação visual; pinturas gerais e outros, incluindo:

7.2.1. Fornecimento de mão de obra.

7.2.2. Fornecimento de todos os materiais de consumo e insumos.

7.2.3. Fornecimento de todo ferramental e equipamentos necessários e adequados à perfeita execução dos serviços.

7.3. Propriedade técnica das licitantes para compreensão de todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para entendimento de execução.

7.4. Os serviços e quantitativos listados na planilha orçamentária da NOVACAP são meramente estimativos, uma vez que referem-

se aos serviços historicamente já realizados em manutenções de Feira Permanente.

7.5. Assim, tendo em vista o prazo transcorrido até a data da contratação e as particularidades de cada demanda, verificadas por ocasião de futuras visitas/vistorias, a NOVACAP poderá solicitar que sejam executados quaisquer outros serviços contemplados na Tabela SINAPI, além da Planilha estimativa da NOVACAP, ainda que não relacionados na Planilha Estimativa nº 037/2023-CTORÇA-CDSR02 (150405860), desde que mantenham-se as características do objeto.

10. Ainda, foi registrado no item 2.2 do Projeto Básico (fl. 1.938, Peça nº 02) que o objeto da contratação possui natureza comum, haja vista as características dos serviços técnicos a serem contratados. Desse modo, consideramos possível a utilização da modalidade pregão para os serviços pretendidos.

11. Quanto à opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, o documento informa que foi adotado devido à natureza do objeto, pois não é possível definir previamente o quantitativo a ser executado. A contratação dos serviços será remunerada por unidade de medida, visando atender a mais de um Órgão simultaneamente.

12. Em relação ao enquadramento dos serviços como prestação continuada, o Projeto Básico traz a seguinte justificativa: “Haja vista as características dos serviços técnicos a serem contratados, que visam assegurar a integridade do bem público, garantindo seu funcionamento e a segurança de seus usuários, e cuja necessidade de contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, o objeto do presente processo se configura como de prestação continuada” (fl. 1.938, Peça nº 02).

Da Justificativa da Demanda

13. No item 4 do Projeto Básico (fl. 1.947, Peça nº 02), foi apresentada a justificativa pela necessidade da demanda dos serviços previstos:

4.1. As feiras permanentes e shoppings populares listados no Decreto Distrital nº 40.076 (125511140) encontram-se sem cobertura de atendimento para as devidas manutenções.

4.2. Esta Companhia recebe continuamente várias solicitações provenientes das Administrações Regionais e Prefeituras Comunitárias, demandando a realização de manutenções nestes espaços.

4.3. Considerando que as demandas advindas das Administrações Regionais, que não puderam ser atendidas pelos contratos anteriormente firmados no planejamento da pretensa licitação, considerou-se o seguinte:

4.3.1. As Administrações Regionais não dispõem de recursos materiais e humanos em seu quadro de pessoal para execução direta dos serviços de manutenção.

4.3.2. A realização de um certame para atender necessidades comuns às diversas regiões administrativas resultará em relevante economia e padronização do objeto.

4.3.3. A execução das manutenções nas feiras permanentes e shoppings populares fomentará o bem estar social e a segurança aos usuários dos espaços, interferindo diretamente na melhoria da qualidade de vida da população do DF.

4.3.4. A opção pelo Registro de Preços mediante Ata de Registro de Preços é o instrumento mais indicado, haja vista que não se faz necessária a disponibilização imediata dos recursos orçamentários, sendo a Fonte de Recursos definida oportunamente, quando da celebração dos contratos oriundos

do presente certame, conferindo maior celeridade na realização do Certame.

4.4 Doravante o entendimento de que a conservação e manutenção dos espaços públicos é uma necessidade constante para a sua durabilidade e à segurança dos usuários, as cláusulas dos novos contratos atenderão a execução dos serviços como de natureza continuada.

Da Subcontratação e Participação de Consórcios

14. O item 11.1.2 do Edital (fl. 16, Peça nº 02) concedeu à Contratada a possibilidade de subcontratação de até 30% (trinta por cento) do valor total estimado. O regramento para a subcontratação foi disciplinado no item 22.4 do Projeto Básico (fl. 1.970, Peça nº 02).

15. O Projeto Básico esclarece que essa subcontratação não se confunde com a subcontratação compulsória, não prevista no Pregão Eletrônico nº 06/2024 (fl. 1.942, Peça nº 02). Entretanto, estabelece preferência de subcontratação a entidades preferenciais (fl. 1.942, Peça nº 02):

As eventuais subcontratações promovidas pela CONTRATADA deverão recair, preferencialmente, sobre as empresas sob tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar nº 123/2006. No caso de impedimento de atendimento deste tratamento favorecido, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal à FISCALIZAÇÃO.

16. No que tange às pessoas jurídicas reunidas em consórcio, o item 2.3.2. do Edital (fl. 4, Peça nº 2), estipulou que não será permitida a participação. Em justificativa, registrou o Projeto Básico que, “em atendimento à alínea “f”, do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP, não será admitida a participação de empresas consorciadas, uma vez que o objeto da presente contratação não envolve alta complexidade técnica ou grande vulto financeiro, capaz de implicar em um número reduzido de empresas em condições de disputa” (fl. 1.942, Peça nº 02).

Da Ampla Concorrência e Cota Reservada

17. Conforme apresentado no quadro de delimitação dos lotes, reproduzido no § 8º desta Instrução, os lotes de números pares (02, 04, 06, 08, 10, 12 e 14) foram reservados para a participação de entidades preferenciais. Desse modo, o valor da contratação em que foi concedido o benefício para as empresas de pequeno porte é de R\$ 11.507.568,03, perfazendo 18,42%¹ do valor total da licitação.

18. Com isso, temos por atendida a recomendação reiterada deste Tribunal de estabelecer o tratamento diferenciado de no mínimo 10% até o limite máximo de 25% do valor total da contratação.

19. Destaca-se que foi explicitada no item 2.4.1.1.2 do Edital (fl. 5, Peça nº 02) a regra prevista no § 3º do art. 26 da Lei Distrital n.º 4.611/2011, o qual dispõe que a aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for ajustado nos itens da licitação destinados ao mercado geral.

Da Responsabilidade Técnica

20. A Companhia apresentou o Termo de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Orçamento Estimativo do Pregão em análise, TRT nº CFT2302816639 (fl.1.811²). A autenticidade do documento foi verificada no sítio eletrônico <https://corporativo.sinceti.net/publico/>.

¹ (R\$ 11.507.568,03) / (R\$ 62.467.945,02) x100 = 18,42%.

² Nesta instrução, todas as referências às folhas cujo documento não estiverem explicitamente indicados são relativos ao documento denominado “Arquivo do link de acesso direto – NOVACAP”, disponível na aba “Associados do Processo no e-TCDF”.

21. Ademais, nos termos da Resolução nº 058 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, entre as atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em edificações, conforme listado no art. 2º, para efeitos do exercício profissional, está a elaboração de orçamentos de materiais, equipamentos, instalações e mão de obra de seus próprios trabalhos ou de outros profissionais.

Do Parecer Jurídico

22. A manifestação da Assessoria Jurídica, consignada no Parecer SEI-GDF nº 190/2024 – NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (fls. 2.334/2.348), na qual concluiu:

Ante o exposto, com base na legislação aplicável, conclui-se pela regularidade jurídico-legal da minuta do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 006/2024 – DECOMP/DA e seus anexos, observadas as recomendações lançadas nos parágrafos 27 a 30, 34, 35, 36 e 39 do presente opinativo.

23. Quanto às recomendações registradas, a Chefe do Departamento de Compras, mediante a Nota Informativa nº 67/2024 – NOVACAP/PRES/ DA/DECOMP/DILIC (fls. 4.286/4.291), informou que foram prontamente acatadas e registrou as modificações realizadas na documentação da licitação.

Da nomeação do(a) Pregoeiro(a)

24. O pregoeiro designado no sistema Licitações-e, Sr. Juscelino Ferreira da Silva, foi nomeado Pregoeiro Eletrônico na Instrução nº 232, de 27 de junho de 2023 (fl. 2.262), em atenção ao art. 80³ do RLC da NOVACAP.

Da Dotação Orçamentária

25. De acordo com o item 5.4 do Projeto Básico, a disponibilidade orçamentária será emitida/demonstrada por oportunidade de cada contratação (fl. 1.948, Peça nº 02).

26. Portanto, a indicação dos recursos orçamentários não se faz necessária nesta fase, por se tratar de licitação por meio de Sistema de Registro de Preços, de acordo com o art. 92, inciso VI⁴ do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Da Autorização para Realização do Certame

27. Às fls. 4.251 e 4.252 encontra-se o documento denominado Autorização – NOVACAP/PRES, por meio do qual o Diretor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, autorizou a abertura do procedimento licitatório.

28. Por sua vez, o Projeto Básico foi aprovado pelo Diretor de Edificações da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, no Memorando nº 408/2024 – NOVACAP/PRES/DE (fl. 4.249).

Do Reajuste

29. O item 20.3.4 do Projeto Básico (fl. 1.968, Peça nº 02), fixou o dia 17/05/2024 como data-base do orçamento da planilha estimativa para contagem de prazo inicial para fins de reajustamento dos preços contratuais.

30. Além disso, disciplinou:

20.3.7. Para efeito de reajuste do futuro contrato, deverão ser adotados:

20.3.7.1. Para equipamentos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

³ Art. 80. A designação de Pregoeiro e de membros da equipe de apoio ocorrerá por ato do Diretor- Presidente.

⁴ Art. 92. Observadas as definições contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico, o Edital deverá prever: (...) VI - a indicação dos recursos orçamentários, salvo nas hipóteses de utilização do Sistema de Registro de Preços"

20.3.7.2. Para demais serviços e itens: Custo da construção – municípios das capitais – base: ago. 94 = 100 - Brasília - Col. 18 ou Custo nacional da construção civil e obras públicas – por tipo de obras – outros tipos de obras – Edificações - Col. 35, ambos apurados pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE/FGV, sendo adotado o que apresentar menor variação após apuração do período de 12 meses, contados da data-base do orçamento/conclusão da peça orçamentária.

II – DA ANÁLISE

Do Prazo Mínimo para Apresentação das Propostas

31. O aviso de licitação foi publicado na Edição nº 184 do Diário Oficial do Distrito Federal, no dia 25/09/2024 (Peça nº 01). Nele, restou definida a data de abertura da licitação em 08/10/2024, às 9 horas.

32. Entretanto, o art. 98⁵ do Regulamento de Licitações da NOVACAP disciplina:

Art. 98. A publicação a que se refere o inciso I, do art. 97 observará os seguintes **prazos mínimos**:

I - para aquisição de bens:

- a) 5 (cinco) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;
- b) 10 (dez) dias úteis, nas demais hipóteses.

II - para contratação de obras e serviços:

- a) 15 (quinze) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;
- b) 30 (trinta) dias úteis, nas demais hipóteses.

III - 45 (quarenta e cinco) dias úteis para licitação em que se adote como critério de julgamento a melhor técnica ou a melhor combinação de técnica e preço, bem como para licitação em que haja contratação semi-integrada ou integrada.

§ 1º O termo inicial para a contagem dos prazos mínimos fixados por este artigo será a data da última publicação do aviso da licitação. (grifos nossos)

33. Sendo assim, constatamos que a NOVACAP não observou o prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis entre o ato de publicação do Aviso e a data marcada para o certame, uma vez que o objeto é a execução de serviços de manutenção corretiva, e que o critério de julgamento definido para o certame é o de maior desconto.

34. Por essa razão, recomendamos à Jurisdicionada que defina nova data e horário para a sessão de abertura da licitação, obedecendo ao prazo mínimo entre a publicação do Aviso de Licitação e a data de abertura das propostas de 15 (quinze) dias úteis, em obediência à alínea “a”, inciso II, do art. 98 do RLC da NOVACAP, bem como ao art. 39, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 13.303/2016.

Do Preço Estimativo

35. A NOVACAP elaborou o Orçamento Estimativo do certame (fls. 1.883/1.932, Peça nº 02) utilizando como referência primordial a Tabela SINAPI, data- base de março/2024, bem como algumas composições do Software ORSE - Orçamento de Obras de Sergipe.

36. Nesse sentido, constatamos que a Jurisdicionada observou a orientação do § 2º do art. 31 da Lei nº 13.303/2016:

§ 2º O orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de

⁵ Redação idêntica à disposta no art. 39 da Lei nº 13.303/2016.

construção civil em geral, ou no Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários, devendo ser observadas as peculiaridades geográficas.

37. A Planilha Estimativa é referente ao custo de manutenção anual para 1 (uma) feira, sendo o mesmo valor estimado para todas as feiras abrangidas na contratação. O valor global da licitação resulta do custo orçado para 1 (uma) unidade, multiplicado pelo quantitativo total de feiras a serem mantidas.

38. Foi realizado o estudo comparativo entre os dois cenários de encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento: **desonerado** (fls. 4.130/4.153), que retornou um valor global de R\$ 1.643.893,29 e **não desonerado** (fls. 4.154/4.177), somando um total de R\$ 1.650.981,54 por feira. Desse modo, foi adotado o cenário desonerado, por retornar o menor custo para a contratação.

39. Com base na Curva ABC apresentada pela Companhia (fls. 1.926/1.928, Peça nº 02), confirmamos a aderência dos custos unitários presentes na Planilha com os divulgados na Tabela SINAPI, data base de março de 2024, para o Distrito Federal⁶, para os itens que somam 85,13% do valor estimado para a manutenção de cada feira popular (Papel de Trabalho, fl. 18, Peça nº 08, e-Doc 5A667A9C-e).

40. No que tange ao BDI (Benefício e Despesas Indiretas) incidente na Orçamento, foi apresentada a Planilha de Composição à fl. 1.880 da Peça nº 02, que reproduzimos:

Edificações
COM Desoneração da Folha de Pagamento

Grupo	Componentes	Incidências
Despesas Indiretas		
A	Administração Central	5,50%
	Seguros + Garantias	0,80%
	Riscos	1,27%
	Despesas Financeiras	1,39%
Subtotal A		8,96%
Tributos		
B	COFINS - Contribuição Para o Financiamento Seguridade Social	3,00%
	PIS - Programa de Integração Social	0,65%
	ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	4,50%
Subtotal B		10,15%
Benefícios		
C	Lucro	7,40%
Subtotal C		7,40%
BDI		30,37%

41. Para averiguar a razoabilidade do BDI adotado, buscamos o percentual estimado para o BDI em contratações de modelo similar deflagradas no DF:

Comparativo BDI					
PE nº 41/2023 - PMDF ⁷	PE nº 09/2021 - NOVACAP ⁸	PE nº 24/2020 - NOVACAP ⁹	Média	PE nº 06/2024	Diferença
26,93%	23,15%	26,93%	25,67%	30,37%	18,31%

⁷ fl. 27, Peça 2, Processo 00600-00001249/2024-40.

⁸ fl. 827, Peça 5, Processo 00600-00006062/2021-72.

⁹ fl. 1.557, Peça 5, Processo 00600-00003723/2020-44.

42. O quadro comparativo evidencia que o BDI adotado na presente comparação é 18,31% maior que a média de outras contratações semelhantes no âmbito distrital. Além disso, em relação à última

⁶ Disponível em <https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx>

licitação deflagrada pela Jurisdicionada para o mesmo objeto do certame ora analisado, PE nº 09/2021, o BDI foi majorado em 31,19%. A NOVACAP não apresentou nenhuma justificativa nos autos para a elevação do percentual adotado.

43. Por esse motivo, sugerimos que seja determinado à Companhia que compatibilize o BDI incidente no Pregão Eletrônico nº 06/2024 ao praticado em contratações semelhantes no âmbito do DF ou que motive, nos autos, a necessidade de manter o percentual de 30,37% para o BDI, em evidente descompasso com demais licitações distritais, em especial com o último certame deflagrado pela própria NOVACAP.

44. Registramos que, caso a NOVACAP ajuste o BDI e escolha por adotar o percentual médio praticado em demais contratações, de 25,67%, a alteração promoverá uma redução de R\$ 2.252.046,82 (dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos) no custo total da contratação.

Dos Quantitativos Estimados

45. A metodologia utilizada pela NOVACAP para estabelecer, na Planilha Orçamentária, os serviços e quantitativos estimados, foi realizada com base no levantamento dos montantes gastos nos últimos contratos vigentes com manutenções realizadas e concluídas em feiras populares (documento “Estudo Previsão Orçamentária”, fls. 89/93):

Feira	Processo	Notas Fiscais					Total R\$	M²	R\$/M²
		1	2	3	4	5			
1	Feira Central do Brasilândia, localizada no Setor Norte, WD4 (Linha D)	00000-0000046/2023-42	370.311,11	447.564,50	36.111,25	0,00	853.986,90	1.700,00	502,35
2	Feira Permanente de Sobradinho II, localizada na AL 5 - 06/08	00000-0000034/2023-48	113.896,74	427.389,42	179.424,71	122.965,99	843.676,91	1.170,00	721,01
3	Feira Permanente da CRP/2001, localizada na AL 01, CRP/2001, Esquadra Moura	00000-0000000/2023-49	54.703,12	228.712,02	117.279,36	0,00	400.694,50	1.950,00	205,48
4	Feira Permanente da CRP 202, localizada na QN 202, AL 01 - Samambaia	00000-0000000/2023-50	134.001,00	180.012,56	115.040,42	128.014,59	557.068,57	1.100,00	506,43
5	Feira da F Rêta, localizada na QN 10, AL	00000-0000011/2023-51	775.725,10	369.503,70	95.711,49	127.010,90	1.367.951,19	1.300,00	1.052,27
6	Feira da F Rêta, localizada na TOMP 20/05, AL	00000-0000011/2023-52	117.514,99	299.926,30	69.640,00	122.470,89	609.552,18	1.100,00	554,14
7	Feira Permanente da CRP 200, localizada na QN 200	00000-0000027/2023-53	31.469,00	115.710,90	65.134,68	30.000,22	242.324,80	1.100,00	220,30
MÉDIA R\$/M²								239,40	
MÉDIA R\$/M²								300,00	

46. Assim, em comparação, a Jurisdicionada concluiu que a melhor previsão financeira para a presente contratação, quanto ao dispêndio total com manutenção de uma feira, seria o valor gasto com a manutenção da Feira Permanente da QN 202 – Samambaia, nos seguintes termos (fl. 92):

Considerando a especificidade do objeto, nota-se que o valor obtido pela metragem quadrada não é a melhor forma de previsão financeira; tendo em vista que, independente da metragem da feira, as maiores intervenções encontram-se nas sedes administrativas das feiras, nos banheiros e vestiários e nas áreas técnicas existentes.

Assim, considerando os serviços similares aplicados nas manutenções realizadas nas feiras permanentes e os dados apurados neste estudo, sugerimos adotar como previsão financeira o valor total gasto na feira de número 4 “Feira Permanente da QN 202 – Samambaia” como valor a ser considerado em cada feira e/ou shopping popular constante na lista do processo licitatório, pois o mesmo resultou-se no valor da

51. Sobre os requisitos estabelecidos, anotamos que para os itens “1 – SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO À PRESSÃO DE 600PSI (LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE REDES PLUVIAIS)”, “2 – EXECUÇÃO/MANUTENÇÃO DE PISO EM GRANITINA” e “4 – EXECUÇÃO/MANUTENÇÃO DE COBERTURA EM TELHA TERMOACÚSTICA/GALVANIZADA”, os quantitativos mínimos exigidos para a comprovação não guardam correlação com os quantitativos desses serviços presentes na planilha orçamentária. Ao que parece, foram definidos pela NOVACAP de acordo com a área das feiras a serem mantidas.

52. A impropriedade da apropriação da área para estabelecer o quantitativo mínimo para avaliar a capacidade operativa das licitantes revela-se de sobremodo no serviço “1 – SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO À PRESSÃO DE 600PSI (LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE REDES PLUVIAIS)”, uma vez que a execução desse serviço é medida em metros lineares, e não em função da área.

53. Registramos, ainda, que o serviço de Hidrojateamento previsto na Planilha Orçamentária⁷ (fl. 1.908, Peça nº 02) tem redação referente à manutenção do sistema de esgoto, e não para redes pluviais. Portanto, não há no orçamento a previsão do item “1 – SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO À PRESSÃO DE 600PSI (LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE REDES PLUVIAIS)”, motivo pelo qual

54. consideramos irregular a inclusão desse serviço como critério para avaliar a capacidade operativa das licitantes. Desse modo, sugerimos a exclusão desse requisito.

Ainda, confrontando a Planilha do Orçamento Estimativo (fls. 1.908 a 1.928, Peça nº 02) com os demais serviços⁸ requisitados para fins de comprovação de qualificação técnico-operacional, temos que:

Item do Orçamento Estimativo	Código	Descrição	Unidade (Orçamento)	Quant. (Orçamento)	50% Quant. (Orçamento)	Unidade (Habilitação Técnica)	Quant. (Habilitação Técnica)	Representatividade do Item no Valor Total da Licitação (%)
3.7	001-07.001	DESOBSTRUÇÃO DE RAMAL PREDIAL DE ESGOTO COM AUXÍLIO DE EQUIPAMENTO HIDROJATO	M	600,00	300	M²	150	0,9921%
2.2	001-04.001	PISO EM GRANILITE, MARMORETE OU GRANITINA, ESPESURA 8 MM, INCLUSO JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLÍTRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA	M²	846,36	422,68	M²	425	8,6411%
3.5	04213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO ALUMÍNIO E + 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO, AF. 07/2019	M²	1.752,00	876	M²	150	0,6588%

55. Pela planilha acima, concluímos que a execução de “Serviços de Hidrojateamento à Pressão de 600 PSI (Limpeza, Desentupimento de Redes Pluviais)” é de baixa representatividade financeira no Orçamento Estimativo, motivo pelo qual não deveria constar como requisito para a comprovação da qualificação técnico-operacional. Além disso, constatamos que o quantitativo mínimo exigido para o serviço “Execução/Manutenção de Piso em Granitina” é superior a 50% do quantitativo presente na Planilha Orçamentária.

⁷ 11.01.003.7 - DESOBSTRUÇÃO DE RAMAL PREDIAL DE ESGOTO COM AUXÍLIO DE EQUIPAMENTO HIDROJATO.

⁸ A exigência do item “3 – Manutenção Predial” é genérica, e não guarda correlação com um serviço específico da Planilha Orçamentária. Para essa, entendemos possível exigir o quantitativo mínimo para comprovação com base nas áreas dos edifícios a serem mantidos.

56. Sobre a qualificação técnica, o RLC da NOVACAP dispõe, art. 85:
Art. 85. A documentação relativa à qualificação técnica ficará adstrita a: (...)
§ 3º Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado (...)
§6º A comprovação de capacidade técnico-operacional deve se limitar ao percentual máximo de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo.
57. Desse modo, em atenção ao Regulamento da NOVACAP, iremos sugerir que seja excluída a exigência de qualificação técnico-operacional quanto ao item “Serviços de Hidrojateamento à Pressão de 600 PSI (Limpeza, Desentupimento de Redes Pluviais)”, por não ter relevância e valor significativo no objeto a ser contratado, e que ajuste a exigência do serviço “Execução/Manutenção de Piso em Granitina” ao limite máximo de 50% do quantitativo presente no Orçamento da Licitação.
58. Em relação à qualificação técnico-profissional, o Edital demandou (fl. 13, Peça nº 02):

XV(a) A PROPONENTE deverá comprovar a Capacidade Técnico-profissional, mediante apresentação de uma ou mais Certidões de Atestado Técnico – CAT, expedidas pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e dos demais membros da equipe técnica que participaram da execução do contrato, relativa(s) à prestação de serviços compatíveis com as características do objeto licitado, conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Serviços de Hidrojateamento à Pressão de 600 PSI (Limpeza, Desentupimento de Redes Pluviais)
2	Execução/Manutenção de Piso em Granitina
3	Manutenção Predial
4	Execução/Manutenção de Caldeira em Têxtil Termoclástica/Quemizada

59. Sobre os requisitos para a comprovação da qualificação técnico-profissional dos licitantes, estenderemos a recomendação feita relativa à exclusão da exigência de comprovação para “Serviços de Hidrojateamento à Pressão de 600 PSI (Limpeza, Desentupimento de Redes Pluviais)”, por não ter relevância e valor significativo no objeto a ser contratado.
60. O item 7.3.1 do Edital, incisos III, IV, VII, VIII e XII (fl. 14, Peça nº 02), referente às exigências para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, reproduz os requisitos definidos no art. 87º do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. Em adição, o inciso V do mesmo item solicita a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme determina a Lei n.º 12.440/2011.
61. No tocante às condições de comprovação da qualificação econômico-financeira, presentes no inciso X do item 7.3.1 (fl. 14, Peça nº 02), destacamos possível contradição entre a exigência dos índices

⁹ Art. 87. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em: I - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de 46 Pessoas Físicas - CPF, conforme o caso; II - prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; III - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; IV - prova da regularidade com a Fazenda Pública do Distrito Federal, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e à Dívida Ativa Distrital; V - certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

de Endividamento Geral e Solvência Geral, uma vez que, em essência, os índices representam o inverso um do outro.

62. Desse modo, parece não ser possível aos licitantes atender ambas as exigências editalícias, vez que é requisitado o Índice de Solvência Geral ≥ 1 e Endividamento Geral $\leq 80\%$ (oitenta por cento). Assim, preceituando a convergência das exigências do instrumento convocatório, iremos recomendar à NOVACAP que exclua do rol de índices a serem comprovados para boa situação financeira das licitantes o Índice de Endividamento Geral (EG), presente na alínea "b" do inciso X do item 7.3.1 do Edital.

63. Em adição, o Edital também dispõe de outros requisitos para qualificação econômico-financeira, na alínea d, inciso X do item 7.3.1 (fl. 14, Peça nº 02):

d) Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do certame, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

d.1) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
d.2) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

64. Entretanto, não encontramos amparo no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, art. 86¹⁰, para tal previsão, razão pela qual iremos sugerir a exclusão de tais demandas aos licitantes.

65. Em relação à habilitação jurídica, a exigência do inciso XIII, item 7.3.1 (fl. 14, Peça nº 02) também está adstrita à comprovação de que o licitante está em capacidade de exercer direitos e assumir obrigações, conforme dispõe o art. 84¹¹ do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Da Publicidade de Informações Relativas ao Certame

66. Verificamos, até a presente data, no Processo SEI nº 00112-00025066/2023-77, que não foram impetrados pedidos de esclarecimento ao procedimento licitatório em epígrafe.

67. Neste caso, entendemos que todas as informações sobre o certame estão disponíveis a quaisquer interessados.

Da Apuração de Benefícios

¹⁰ Art. 86. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira **ficará restrita à apresentação de:** I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios; a) as sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura; b) no caso específico de Sociedades Anônimas, o balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal ou do Estado de origem; II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; III - comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data por intermédio de índices oficiais.

¹¹ Art. 84. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em: I - cédula de identidade, no caso de pessoa física; II - registro comercial, no caso de empresa individual; III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores; IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação da Diretoria em exercício; V - decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Benefícios Quantitativos

Título	Redução do Orçamento Estimativo por ajuste no BDI
Ano de Referência	2024
Tipo	Redução de preço máximo em processo licitatório específico
Subtipo	-
Função de Governo	URBANISMO
Estado de Criação	Proposta de Benefício Potencial
Estado Atual	Proposta de Benefício Potencial
eDoc Vinculante	5A667A9C
eDoc Memória de Cálculo	
Unidade de Medida	Monetária (R\$)
Ano Fato Gerador	2024
Valor Atual	2.252.046,82
Parcelas Efetivadas	0,00
Acompanhamento	Não Concluído
Proposta de Encaminhamento	Item II, alínea "b" das sugestões.

Benefícios Qualitativos

Título	Correção de Irregularidades no Edital
Descrição	Sugestão de ajuste na data definida para a sessão de abertura da licitação, obedecendo o prazo mínimo entre a publicação do Aviso de Licitação, no dia 25/09/2024, e a abertura das propostas de 15 (quinze) dias úteis, em obediência à alínea "a", inciso II, do art. 98 do RLC da NOVACAP; Sugestão de exclusão de critérios de exigência para fins qualificação técnica operacional e profissional que não representam relevância e valor significativo no objeto a ser contratado, bem como ajuste do quantitativo máximo solicitado ao limite de 50% do quantitativo presente no Orçamento da licitação; Sugestão de ajuste nos critérios de qualificação econômico-financeira, uma vez identificadas exigências sem previsão no RLC da NOVACAP e possível contradição entre índices contábeis solicitados.
Ano de Referência	2024
Tipo	Correção de irregularidades ou impropriedades
Subtipo	-
Função de Governo	URBANISMO
Estado de Criação	Proposta de Benefício Potencial
Estado Atual	Proposta de Benefício Potencial
eDoc Vinculante	976B4F2D
Acompanhamento	Não Concluído
Proposta de Encaminhamento	Item II, alíneas "a" e "c" a "e", das sugestões.

" (destaques mantidos)

Diante do exposto, sugeriu-se ao eg. Plenário que:

"I – tome conhecimento:

- a) do Edital de Pregão Eletrônico 006/2024 – DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP (Peça nº 02, e-Doc 8295AD5E-e);
- b) do e-mail, com o acesso aos documentos do Processo SEI nº 00112-00025066/2023-77 (Peça nº 05, e-Doc 5DB8867B-e) e da cópia dos referidos documentos, juntada aos autos na aba Associados, sob denominação "1. Arquivo do link de acesso direto – NOVACAP", tal qual informado no Termo – DIFLI (Peça nº 06, e-Doc EA125ABE-e);

II – determine à NOVACAP, com fulcro no art. 87, § 3º, da Lei nº 13.303/2016, c/c o art. 277 do RITCDF, que suspenda o Pregão Eletrônico nº 006/2024 – DECOMP/DA, até ulterior deliberação desta Corte, para que sejam adotadas as seguintes correções e/ou apresente justificativas, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal:

- a) *defina nova data e horário para a sessão de abertura da licitação, obedecendo ao prazo mínimo entre a publicação do Aviso de Licitação e a abertura das propostas de 15 (quinze) dias úteis, em obediência à alínea “a”, inciso II, do art. 98 do RLC da NOVACAP, bem como ao art. 39, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 13.303/2016;*
 - b) *em relação ao orçamento estimativo do certame, compatibilize o BDI incidente no Pregão Eletrônico nº 06/2024 ao praticado em contratação semelhantes no âmbito do DF ou que motive, nos autos, a necessidade de manter o percentual de 30,37% para o BDI, em evidente descompasso com demais licitações distritais de objeto semelhante, em especial com o último certame para o mesmo objeto deflagrado pela própria NOVACAP;*
 - c) *em relação aos requisitos de qualificação técnico-operacional:*
 - 1) *exclua a exigência de comprovação do item “Serviços de Hidrojateamento à Pressão de 600 PSI (Limpeza, Desentupimento de Redes Pluviais)”, por não apresentar relevância e valor significativo no objeto a ser contratado;*
 - 2) *ajuste a exigência do serviço “Execução/Manutenção de Piso em Granitina” ao limite máximo de 50% do quantitativo presente no Orçamento da Licitação, conforme dispõe o art. 85 do RLC da NOVACAP;*
 - d) *em relação aos requisitos de qualificação técnico-profissional, exclua a exigência de comprovação do item “Serviços de Hidrojateamento à Pressão de 600 PSI (Limpeza, Desentupimento de Redes Pluviais)”, por não apresentar relevância e valor significativo no objeto a ser contratado;*
 - e) *em relação aos requisitos de qualificação econômico-financeira:*
 - 1) *exclua do rol de índices a serem comprovados para boa situação financeira das licitantes o Índice de Endividamento Geral (EG), presente na alínea “b” do inciso X do item 7.3.1 do Edital, por apresentar possível contradição entre a exigência do índice de Solvência Geral ou esclareça a diferença entre os índices;*
 - 2) *exclua a exigência presente na alínea d, inciso X do item 7.3.1, por não haver amparo no art. 86 do RLC da NOVACAP para tal previsão;*
- III – autorize:**
- a) *o envio de cópia da Decisão que vier a ser adotada, do respectivo Relatório/Voto e da presente Informação à NOVACAP e ao Pregoeiro responsável pela condução do certame;*
 - b) *o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE para os devidos fins.”*

As sugestões formuladas mereceram a concordância do Diretor da Divisão de Fiscalização de Licitações – Difli/TCDF e do titular da Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF (e-DOCs 976B4F2D-e e 3FBD302A-e, respectivamente).

Preliminarmente, registro que os presentes autos ingressaram em meu gabinete às 19h20min do dia 04.10.2024 (sexta-feira passada).

Conforme relatado, **a presente fase processual trata do exame inicial do edital** do Pregão Eletrônico por SRP n.º 006/2024 – Novacap.

Ciente da urgência da matéria, uma vez que a abertura do pregão está agendada para o dia 08.10.2024 (amanhã, terça-feira), às 9h, e considerando que a área instrutiva propõe a suspensão cautelar do certame, cabe dar jurisdição tempestiva ao presente feito, com amparo no art. 40¹² da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 87, § 3º¹³, da Lei n.º 13.303/2016 e no art. 277, “caput”¹⁴, do RI/TCDF.

Nesta oportunidade, o corpo instrutivo propõe ao Tribunal: tomar conhecimento do Edital de Pregão Eletrônico por SRP n.º 006/2024 – DECOMP/DA e documentos do Processo SEI n.º 00112-00025066/2023-77; determinar à Novacap, com fulcro no art. 87, § 3º, da Lei n.º 13.303/2016, c/c o art. 277 do RITCDF, que suspenda o Pregão Eletrônico n.º 006/2024 – DECOMP/DA, até ulterior deliberação desta Corte, para que sejam adotadas correções indicadas e/ou apresente justificativas, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal; e autorizar (a) o envio de cópia da presente Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser adotada à Novacap e ao Pregoeiro responsável pela condução do certame e (b) o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para os devidos fins.

Ao compulsar os autos, tenho que o encaminhamento aventado pelo corpo instrutivo merece acolhida por esta Corte de Contas, com pequeno ajuste redacional; motivo pelo qual adoto, como razão de decidir, os fundamentos constantes da Informação n.º 247/2024 – DIFLI.

A Difli/TCDF, ao analisar a regularidade do edital do Pregão Eletrônico por SRP n.º 006/2024 – Novacap, identificou diversas irregularidades que, de fato, ensejam a suspensão do certame, a fim de possibilitar a correção das falhas e/ou apresentar justificativas para manter os termos editalícios.

Inicialmente, foi constatado que *“a NOVACAP não observou o prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis entre o ato de publicação do Aviso e a data marcada para o certame, uma vez que o objeto é a execução de serviços de manutenção corretiva, e que o critério de julgamento definido para o certame é o de maior desconto”*. Em razão disso, sugeriu-se *“definir nova data e horário para a sessão de abertura da licitação, obedecendo ao prazo mínimo entre a publicação do Aviso de Licitação e a abertura das propostas de 15 (quinze) dias úteis, em obediência à alínea “a”, inciso II, do art. 98 do RLC da NOVACAP, bem como ao art. 39, inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 13.303/2016”*.

Considerando que existem outros ajustes a serem promovidos no edital que acarretam *“prejuízos para a preparação das propostas ou apresentação dos documentos de habilitação”*, conforme detalhado a seguir, e que o certame deverá

¹² “Art. 40. O Conselheiro Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho singular, por sua ação própria e direta, ou por provocação do órgão de instrução ou do Ministério Público, a adoção das providências consideradas necessárias ao saneamento dos autos, fixando prazo, na forma estabelecida no Regimento Interno, para o atendimento das diligências, após o que submeterá o feito ao Plenário ou à Câmara respectiva para decisão de mérito.”

¹³ “Art. 87. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelos órgãos do sistema de controle interno e pelo tribunal de contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando as empresas públicas e as sociedades de economia mista responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição. (...)”

§ 3º Os tribunais de contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, a qualquer tempo, documentos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, obrigando-se, os jurisdicionados, à adoção das medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.”

¹⁴ “Art. 277. O Plenário, o relator, ou, o Presidente, na hipótese do art. 16, inciso XIV, deste Regimento, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar n.º 1/94.”

permanecer suspenso, até ulterior deliberação desta Casa, não cabe à Novacap, agora, *“definir nova data e horário para a sessão de abertura da licitação”*, conforme aventado pela Difli/TCDF. No entanto, diante do caráter pedagógico/orientativo do controle externo, entendo que o Tribunal pode esclarecer à Companhia que, após esta Corte de Contas examinar as medidas adotadas em razão das diligências a serem feitas, a nova data da sessão de abertura da licitação deverá obedecer ao prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da última publicação do aviso do certame, em obediência à alínea “a”, inciso II, e parágrafo único do art. 98 do RLC da NOVACAP, bem como ao art. 39, inciso II, alínea “a”, e parágrafo único da Lei n.º 13.303/2016.

Em seguida, apontou-se a necessidade de a jurisdicionada *“compatibilizar o BDI incidente no Pregão Eletrônico nº 06/2024 ao praticado em contratação semelhantes no âmbito do DF ou motivar, nos autos, a necessidade de manter o percentual de 30,37% para o BDI, em evidente descompasso com demais licitações distritais de objeto semelhante, em especial com o último certame para o mesmo objeto deflagrado pela própria NOVACAP”*.

Na sequência, em relação aos requisitos para habilitação técnica, observou-se que o item *“Serviços de Hidrojateamento à Pressão de 600 PSI (Limpeza, Desentupimento de Redes Pluviais)” “é de baixa representatividade financeira no Orçamento Estimativo”*; motivo pelo qual a Novacap deve excluir sua exigência para fins habilitatórios (tanto técnico-operacional, como técnico-profissional). Identificou-se, ainda, que o quantitativo mínimo exigido¹⁵ para o serviço *“Execução/Manutenção de Piso em Granitina”* é superior a 50% do quantitativo presente na Planilha Orçamentária; cabendo o ajuste dessa exigência *“ao limite máximo de 50% do quantitativo presente no Orçamento da Licitação, conforme dispõe o art. 85 do RLC da NOVACAP”*.

Por fim, no que diz respeito à qualificação econômico-financeira, há aparente contradição entre os Índices de Endividamento Geral – IEG¹⁶ e Solvência Geral – SG¹⁷, uma vez que *“é requisitado o Índice de Solvência Geral ≥ 1 e Endividamento Geral $\leq 80\%$ ”*. Por conta disso, caberá à Novacap *“excluir do rol de índices a serem comprovados para boa situação financeira das licitantes o Índice de Endividamento Geral (EG), presente na alínea “b” do inciso X do item 7.3.1 do Edital”*, ou esclarecer *“a diferença entre os índices”*. Ainda, há a exigência de declaração não prevista no art. 86 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, devendo a jurisdicionada excluir a alínea “d” do inciso “X” do item 7.3.1 do edital.

Assim, resta devidamente motivada a urgência da suspensão do certame, ante: a inobservância do prazo mínimo estabelecido em lei/regulamento para apresentação das propostas (de 15 dias úteis, a contar da data da publicação do aviso da licitação); o elevado BDI adotado no certame (de 30,37%, sendo que a média para contratações semelhantes no âmbito distrital é de 25,67%); a exigência da comprovação, para fins habilitatórios, de serviços de valor insignificante ou acima do limite de 50% do quantitativo previsto no orçamento; a aparente contradição entre os índices de Endividamento Geral e Solvência Geral; e a exigência de declaração sem amparo legal/regulamentar.

¹⁵ Ao que parece, os quantitativos mínimos exigidos, para cada lote, para comprovação do aludido serviço *“foram definidos pela NOVACAP de acordo com a área das feiras a serem mantidas”*, não guardando *“correlação com os quantitativos desses serviços presentes na planilha orçamentária”*.

¹⁶ $EG = (DÍVIDA\ TOTAL / ATIVO\ TOTAL) \times 100$

¹⁷ $ISG = ATIVO\ TOTAL / (PASSIVO\ CIRC + PASSIVO\ NÃO\ CIRC)$

A fim de subsidiar a adoção das medidas cabíveis (ajuste do edital e/ou apresentação de justificativas para manter os termos editalícios), cabe autorizar o envio de cópia deste Despacho Singular à Novacap e ao Pregoeiro responsável pela condução do certame.

Por fim, cabe autorizar o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para os devidos fins, em caráter urgente e prioritário.

Ante o exposto, com amparo no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 87, § 3º, da Lei n.º 13.303/2016 e no art. 277 do RI/TCDF, em harmonia com o órgão instrutivo, com o pequeno ajuste redacional que faço, **DECIDO** por:

- I. tomar conhecimento:
 - a) do edital do Pregão Eletrônico por SRP n.º 006/2024 – DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap (e-DOC 8295AD5E-e);
 - b) do “e-mail” contendo “link” de acesso aos documentos do Processo SEI nº 00112-00025066/2023-77 (e-DOC 5DB8867B-e) e da cópia dos referidos documentos (juntada aos autos na aba Associados, sob denominação “1. Arquivo do link de acesso direto – NOVACAP”);
 - c) da lista de verificação (“check-list”) do PE n.º 006/2024 – Novacap (e-DOC 2018B5AB-e) e do Papel de Trabalho de e-DOC 5A667A9C-e;
 - d) da Informação n.º 247/2024 – DIFLI (e-DOC 976B4F2D-e);
- II. determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, com fulcro art. 87, § 3º, da Lei n.º 13.303/2016 c/c o art. 277 do RI/TCDF, que suspenda cautelarmente o Pregão Eletrônico n.º 006/2024 – DECOMP/DA, até ulterior deliberação desta Corte, para que sejam adotadas as seguintes correções e/ou apresente justificativas, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal:
 - a) em relação ao orçamento estimativo do certame, compatibilize o BDI incidente no Pregão Eletrônico nº 06/2024 ao praticado em contratação semelhantes no âmbito do DF ou que motive, nos autos, a necessidade de manter o percentual de 30,37% para o BDI, em evidente descompasso com demais licitações distritais de objeto semelhante, em especial com o último certame para o mesmo objeto deflagrado pela própria NOVACAP;
 - b) em relação aos requisitos de qualificação técnico-operacional:
 1. exclua a exigência de comprovação do item “Serviços de Hidrojateamento à Pressão de 600 PSI (Limpeza, Desentupimento de Redes Pluviais)”, por não apresentar relevância e valor significativo no objeto a ser contratado;
 2. ajuste a exigência do serviço “Execução/Manutenção de Piso em Granitina” ao limite máximo de 50% do quantitativo

presente no Orçamento da Licitação, conforme dispõe o art. 85 do RLC da NOVACAP;

- c) em relação aos requisitos de qualificação técnico-profissional, exclua a exigência de comprovação do item “Serviços de Hidrojateamento à Pressão de 600 PSI (Limpeza, Desentupimento de Redes Pluviais)”, por não apresentar relevância e valor significativo no objeto a ser contratado;
- d) em relação aos requisitos de qualificação econômico-financeira:
 - 1. exclua do rol de índices a serem comprovados para boa situação financeira das licitantes o Índice de Endividamento Geral (EG), presente na alínea “b” do inciso X do item 7.3.1 do Edital, por apresentar possível contradição entre a exigência do índice de Solvência Geral ou esclareça a diferença entre os índices;
 - 2. exclua a exigência presente na alínea d, inciso X do item 7.3.1, por não haver amparo no art. 86 do RLC da NOVACAP para tal previsão;
- III. esclareça à Novacap que, após esta Corte de Contas examinar as medidas adotadas em razão das diligências constantes do item II anterior, a nova data da sessão de abertura da licitação deverá obedecer ao prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da última publicação do aviso do certame, em obediência à alínea “a”, inciso II, e parágrafo único do art. 98 do RLC da NOVACAP, bem como ao art. 39, inciso II, alínea “a”, e parágrafo único da Lei n.º 13.303/2016;
- IV. autorizar:
 - a) o envio de cópia deste Despacho Singular à Novacap e ao Pregoeiro responsável pela condução do certame, a fim de subsidiar o cumprimento das diligências constantes do item II anterior;
 - b) o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para os devidos fins, em caráter urgente e prioritário.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2024

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator